

História linguística do sul da Bahia: levantando hipóteses e iluminando caminhos¹

Wagner Carvalho de Argolo NOBRE²

Resumo: O trabalho em questão tem como objetivo lançar as bases para a elaboração de uma *História linguística do sul da Bahia*. Para tanto, utilizam-se como referenciais teóricos os pressupostos da teoria sociolinguística – no que se refere à sua concepção de língua – e da crioulística – no que se refere a mudanças induzidas pelo contato entre línguas. Os resultados obtidos são apresentados em uma proposta de periodização da história linguística do sul da Bahia, em um levantamento do seu quadro de línguas e do perfil de seus falantes, observados na região ao longo de sua história, e na tentativa de explicação de como se deu a mudança de um contexto multilíngue, no período colonial, para um contexto unilíngue, nos dias atuais.

Palavras-chave: Periodização; Multilinguismo; Sul da Bahia.

Abstract: The following article has as its goal creating the basis for the working up of a *Linguistic history of the South of Bahia*. In order to do it, it is used as its theoretical references the principles from sociolinguistic theory – concerning to its conception of language – and from creolistics – concerning to changes induced by the contact of languages. The obtained results are presented in a proposal of periodization of the linguistic history of the South of Bahia, in a survey of its language and speakers' synoptic chart, observed in the region throughout its history, and in the trial to explain how took place the changing from a multilingual context, at the colonial period, into a unilingual context, nowadays.

Keywords: Periodization; Multilingualism; South of Bahia.

Introdução

Neste artigo, temos como proposta a elaboração de uma *História linguística do sul da Bahia*, mais especificamente das antigas Capitâneas de Ilhéus e de Porto Seguro, que, juntas, são responsáveis pela cobertura geográfica de toda a costa sul do estado. Como recorte temporal de investigação, adotamos o período compreendido entre 1750 e 1870, por se constituir no interregno dentro do qual ocorreram os maiores e mais variados fluxos migratórios para a região, tendo como consequência a chegada, em seu solo, de uma quantidade considerável de línguas, cujas procedências são também as mais variadas, como se verá. A reflexão sobre tal proposta nos conduz a alguns questionamentos, que, por sua vez, nos conduzem a hipóteses respectivas de trabalho, levantadas com o intuito de iluminá-los, tendo como base para esse fim a pesquisa já iniciada por nós no Arquivo Público do Estado da Bahia

1 Agradeço à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Tânia Conceição Freire Lobo, pela leitura criteriosa deste texto e pelas sugestões enriquecedoras. As falhas são de minha inteira responsabilidade.

2 Doutorando em Letras na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador - BA. Correio eletrônico: wagner.argolo@gmail.com

(APEB) e as considerações feitas em nossa Dissertação de Mestrado, intitulada *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial* (2011). Na dissertação, é levantada a história externa da *língua geral do sul da Bahia*, ressaltando, porém, que, cinco anos antes, em 2006, foi feito por Tânia Conceição Freire Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva o primeiro estudo sobre a referida *língua geral*, como se pode ler no artigo *Indícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII*, baseado em documento encontrado no APEB por Permínio Ferreira e publicado no livro *Cartas baianas setecentistas* (2001), organizado por Tânia Conceição Freire Lobo, contando com a colaboração de Permínio Ferreira, Uílton Santos Gonçalves e Klebson Oliveira. Vamos, então, aos referidos questionamentos e às respectivas hipóteses, levantadas para tentar respondê-los, procurando, assim, lançar as bases para o início de um *História linguística do sul da Bahia*, cujos caminhos serão propostos ao longo do desenvolvimento do artigo:

(a) Como se pode, em linhas gerais, periodizar a história linguística do sul da Bahia?

(a') *A história linguística do sul da Bahia se divide em duas grandes fases: a primeira, de 1534 (com o início da colonização portuguesa) a 1780 (quando a lavoura cacaeira começa tomar vulto), e a segunda, de 1780 aos dias atuais.*

(b) Qual era o quadro de línguas faladas no sul da Bahia, ao longo de sua história, desde o início de sua colonização?

(b') *Para a primeira fase, temos o seguinte quadro de línguas: tupinambá, aimoré, guerém, pocuruxém, português, língua geral e línguas africanas dos grupos banto e jeje-mina. Para a segunda fase, temos o seguinte quadro de línguas: português brasileiro, árabe, pataxó, maxari e alemão.*

(c) Qual era o perfil dos seus falantes, ao longo de sua história, desde o início de sua colonização?

(c') *Para a primeira fase, temos: índios monolíngues em suas línguas nativas ou bilíngues em suas línguas nativas e em línguas adventícias ou reestruturadas no local do contato; portugueses*

bilíngues em sua língua nativa e em línguas autóctones ou reestruturadas no local do contato; africanos bilíngues em suas línguas nativas e em um pidgin de base portuguesa. Para a segunda fase, temos: brasileiros monolíngues em português brasileiro, na sua variedade popular; sírios e libaneses bilíngues em sua língua nativa e em português brasileiro, na sua variedade popular; índios bilíngues em suas línguas nativas e em português brasileiro, na sua variedade popular; alemães monolíngues em sua língua nativa ou bilíngues em sua língua nativa e em português brasileiro, na sua variedade popular.

(d) Como se deu a mudança de um contexto inicialmente multilíngue para um contexto atualmente unilíngue?

(d') Com o início da prosperidade da lavoura cacaeira, em 1780, também se inicia um grande afluxo de sertanejos (falantes monolíngues de português brasileiro popular) para a região sul da Bahia. Esse fato gerou graves conflitos pela posse das terras do cacau, resultando na morte de maior parte da população – falante de língua geral e de outras línguas autóctones – que ocupava o lugar, ao passo que introduziu o português brasileiro popular como língua majoritária na região, que veio a se tornar unilíngue em português brasileiro, porém, hoje, nas variedades popular e culta. Os falantes da língua geral e das línguas autóctones que não sucumbiram durante os conflitos pela posse da terra, fugiram para as matas virgens, integrando-se posteriormente à sociedade cacaeira como falantes do português brasileiro popular, por ser a língua mais viável socialmente na região.

Qual é a importância de uma história linguística do sul da Bahia?

Apesar de já ter sido objeto de muitos estudos históricos e antropológicos, e de ter sido o cenário de um dos momentos mais fecundos da literatura brasileira, o sul da Bahia não possui uma história linguística abrangente. Este fato é paradoxal, pois a heterogeneidade de etnias e línguas que envolveu legou à região um passado linguístico peculiar que dificilmente se encontrará em outra região do Brasil. O

simples fato de, além de São Paulo e da Amazônia, o sul da Bahia ser a única região onde se tem a comprovação da existência de uma *língua geral* em seu passado já é suficiente para tornar necessário o aprofundamento do seu estudo histórico-linguístico. Algumas iniciativas nesse sentido já foram levadas a termo, como o referido artigo *Indícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII* (2006) e a também referida Dissertação de Mestrado *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial* (2011), que, dentre outros aspectos, lidam com a alegada não formação de *línguas gerais* entre o Rio de Janeiro e o Piauí, com foco nas antigas Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. E, se somarmos a essa questão da *língua geral* no sul da Bahia: (i) os estudos de Dante Lucchesi e Alan Baxter sobre processos de crioulização do português na antiga colônia suíço-alemã de Leopoldina, na Capitania de Porto Seguro; (ii) a nossa descoberta de outros focos de colonização alemã, não só na Capitania de Porto Seguro – como a colônia de *Frankental* –, mas também na Capitania de Ilhéus – como a colônia de São Jorge dos Ilhéus –; e (iii) a descoberta, também nossa, de um quilombo no seio da antiga Capitania de Ilhéus, no qual o processo de *pidginização*/crioulização do português pode também ter sido possível, temos dados suficientes para justificar a difícil empreitada de elaborar uma história linguística dessa região.

Além do que foi dito acima, a nossa proposta de trabalho se insere em um contexto mais amplo, que extrapola os limites de uma *História linguística do sul da Bahia*, atingindo o âmbito nacional, do qual esta história linguística faz parte. Referimo-nos ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), coordenado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, e ao Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenado por Ataliba de Castilho. Desse modo, considerando o âmbito regional do PHPB, representado pelo PHPB-BA – coordenado por Tânia Conceição Freire Lobo e no qual o PROHPOR está inserido –, esta proposta de elaboração de uma história linguística do sul da Bahia pode ser alocada em um dos quatro campos de pesquisa que Rosa Virgínia Mattos e Silva traçou como linha de atuação para quem pretende trabalhar na reconstrução da história do português brasileiro. Fazemos referência ao campo (a), "o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil". Os demais campos traçados

pela referida autora são: "(b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e português brasileiro." (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58, [grifo nosso]).

Portanto, a *História linguística do sul* da Bahia tem como objetivo contribuir para a elaboração da *História linguística do Brasil*.

Bases teóricas de sua elaboração

Em consonância com Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), partimos do princípio – que subjaz a uma das duas grandes vertentes da linguística histórica – de que a língua é um objeto de estudo portador de heterogeneidade ordenada e em constante interação com a sociedade que a envolve, comportando, assim, os eixos sincrônico e diacrônico em uma mesma concepção de língua, ao contrário da outra vertente da linguística histórica, que concebe a língua como um objeto de estudo apenas sincrônico, homogêneo e associal, estando a diacronia relegada ao campo da fala, que se vê excluída da concepção estruturalista saussuriana de língua. Dentro desta vertente que concebe a língua como um objeto homogêneo e estruturalmente autônomo, também temos o gerativismo de Noam Chomsky, que, porém, (i) localiza este objeto (gramática universal na qual são marcados *princípios* e *parâmetros* que definem as características particulares de uma língua humana) no cérebro (mais especificamente na *faculdade da linguagem*), e não na sociedade, e (ii) aborda a mudança linguística como uma questão de alteração de parâmetros entre gerações no momento da aquisição de determinada língua por uma criança, e não como uma simples questão de mudanças fonéticas – ocorridas ao longo do tempo e com origem na fala – e dos respectivos processos de analogia delas decorrentes – no intuito de restabelecer a regularidade fonética de um sistema –, ao tempo em que mudança fonética e analogia, juntas, colocam o sistema em vias de se tornar um novo estado de língua.

Essas duas questões, relativas à **localização do objeto de estudo da linguística** e à **forma como abordam as mudanças nesse objeto**, se constituem nos principais aspectos diferenciadores

entre o estruturalismo e o gerativismo.

Assim, consideramos que a homogeneidade não é condição para a sistematicidade de uma língua (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006[1968]; cf. LUCCHESI, 2004; FARACO, 2007) – pois esta, de acordo com os referidos autores, pode ser, ao mesmo tempo, heterogênea e sistêmica – de modo que, para que seja possível estudá-la sistematicamente, não é necessário privilegiar a sincronia (único eixo no qual seria possível, segundo o estruturalismo, descortinar um estado de língua correspondente a um sistema necessariamente homogêneo). Dessa maneira, no bojo da sincronia, revela-se claramente a diacronia através da variação linguística e de estudos da mudança em *tempo aparente* (MATTOS E SILVA, 2008, p. 11).

Como consequência da adoção da concepção de língua como objeto ordenadamente heterogêneo e integrado à estrutura social – com a qual está em constante interação –, consideramos os casos nos quais mudanças linguísticas são resultado de situações determinadas socialmente, a exemplo da colônia suíço-alemã de Leopoldina, estudada por Dante Lucchesi e Alan Baxter (2005, 2009), na qual o contexto social de suas plantações de café, configurado pela utilização de mão de obra escrava em uma proporção de 10 ou mais escravos aloglotas para 1 falante da língua-alvo (o português L2 dos alemães e suíços), provavelmente resultou na sua erosão gramatical, induzindo o português adquirido por esses escravos, de forma precária, a mudanças linguísticas no momento de sua recomposição estrutural.

Temos, então, como pressupostos teóricos: (i) a concepção de língua heterogênea que subjaz à teoria sociolinguística, de Weinreich, Labov e Herzog, e (ii) a constatação da crioulística de que o contato entre línguas – em determinadas situações – induz a mudanças nos sistemas linguísticos envolvidos no processo histórico de contato, a exemplo do que se verificou na colônia Leopoldina (atual Helvécia), no sul da Bahia, possivelmente induzindo o português ali falado a mudanças estruturais – seja pela formação de uma nova variedade da língua-alvo, de um *pidgin* ou de um crioulo, de acordo com o *continuum* que caracteriza a *transmissão linguística irregular*, teorizada por Dante Lucchesi e Alan Baxter, seja por processos de bilinguismo nos quais diferentes sistemas entram em contato, porém com resultados distintos, pelo fato de não haver interrupção de transmissão linguística entre gerações, de acordo

com a hipótese de Aryon Rodrigues relativa à *língua geral* de São Paulo (1986,1996).

Desenvolvendo a proposta

A história linguística do sul da Bahia, de forma geral, pode ser dividida em dois grandes momentos: o primeiro, que compreende o início de sua colonização por Portugal (1534) – apresentando um multilinguismo composto pelo *tupinambá*, *aimoré*, *guerém*, *pocuruxém*, *português*, *língua geral* e línguas africanas dos grupos *banto* e *jeje-mina* (ARGOLO, 2011, p. 93-163) – até o surgimento e fortalecimento da lavoura cacaueteira (1780); e o segundo, que compreende o início da expansão da lavoura cacaueteira (1780) – tendo o seu multilinguismo se reduzido drasticamente, ao quase monolingüismo (com algumas exceções, como o *pataxó*, o *maxari*³, o árabe e o alemão, de acordo com Georg Anton von Schäfer, 2007[1824], p. 13-55), representado agora, porém, pelo uso do português brasileiro dos jagunços sertanejos, e não mais pelo português europeu dos fidalgos⁴ – até os dias atuais, quando impera o monolingüismo em português brasileiro, nas variedades popular e culta.

Ainda sobre a questão da passagem, no sul da Bahia, do multilingüismo ao quase monolingüismo na segunda metade do século XVIII, não devemos deixar de considerar a influência das medidas pombalinas de 1758, no intuito de acabar com o uso da *língua geral* e de impor o da língua portuguesa, como prevê o item 6 do Diretório do Marquês de Pombal⁵.

3 Durante o *primeiro momento* – que foi estudado detidamente em nossa Dissertação de Mestrado (2011), porém com foco na formação da *língua geral* do sul da Bahia – não houve menção às línguas *pataxó* e *maxari* na documentação analisada, tendo essa menção ocorrido apenas no que concerne ao *segundo momento*, após a leitura de Georg Anton von Schäfer (2007[1824], p. 13-55).

4 Ressaltamos que este é o quadro de línguas verificado até o presente momento, podendo ser alterado com o andamento de nossa pesquisa.

5 “Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he um dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o affecto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Língua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Índios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas,

Primeiro momento: antes do Cacau

1) Em 27 de julho de 1534, é fundada a Capitania de Ilhéus, fazendo limite ao sul com a Capitania de Porto Seguro. O seu donatário era Jorge de Figueiredo Correia, graças a doação feita por D. João III. Porém, não veio tomar posse pessoalmente da Capitania, mandando em seu lugar, junto com uma frota de colonos, Francisco Romero (VILHENA, 1969, p. 489; TAVARES, 2008, p. 96). "Para ali foram, a seu mando, artífices e agricultores. Enviou-nos o gado e segundo conta Gabriel Soares, foi também, onde, por primeiro, se plantou a cana-de-açúcar." (SANTOS, 1957, p. 40).

A frota de Francisco Romero, ao iniciar a ocupação da Capitania de Ilhéus, entrou em contato com a população autóctone, que, segundo Frei Vicente do Salvador, era composta pelos índios *tupiniquins* (ou *tupinambás*) – como podemos constatar, quando diz que Francisco Romero, "(...) vindo assentar pazes com o gentio tupinaquim, foi com a capitania em grande crescimento (...)" (1982[1627], p. 111) – e pelos temidos *aimorés*, com os quais as relações dos portugueses nunca foram das mais amistosas, tendo sido esses conflitos tão constantes e cruentos, que se tornaram o principal motivo da decadência econômica da Capitania – como deixam claras as palavras do mesmo Frei Vicente do Salvador, ao dizer que o mal do lugar foi "(...) a praga dos selvagens aimorés, que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos e, se hoje estão já de paz, ficaram os homens tão desbaratados de escravos e mais fábrica que se contentam com o plantar mantimento pera comer." (1982[1627], p. 111)⁶. Nestas últimas palavras citadas, dentro do contexto dos ataques dos *aimorés* aos portugueses, Frei Vicente do Salvador faz menção a escravos, o que indica a possível presença de africanos no início da colonização da Capitania de Ilhéus.

No que concerne a outras etnias *tapuias*, Luís dos Santos Vilhena (1969, p. 489-534) e Luiz Mott (2010, p. 193-293) nos atestam a que pertencerem às Escolas, e todos aquellos Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem a Língua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observáão com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado" (POMBAL, 1757 *apud* ALMEIDA, 1997).

6 Tendo Frei Vicente do Salvador escrito sua *História do Brasil: 1500-1627* na primeira metade do século XVII, certamente não teve tempo de observar que a paz entre portugueses e *tapuias* não passou, na verdade, de uma trégua, pois, como se pode observar nos cronistas coloniais que trataram do sul da Bahia em momentos posteriores, os conflitos entre os dois lados nunca deixaram de ocorrer.

existência dos índios *gueréns* e *pocuruxéns*.

Desse modo, temos, inicialmente, cinco matizes linguísticas a serem consideradas na capitania: [1] A matiz *tupiniquim* (ou *tupinambá*) – representada pelos índios de mesmo nome; [2] A matiz *aimoré* – representada pelos índios de mesmo nome; [3] A matiz *guerém* – representada pelos índios de mesmo nome; [4] A matiz *pocuruxém* – representada pelos índios de mesmo nome; [5] A matiz portuguesa; e [6] A matiz africana – cuja composição é mais complexa, pois engloba diversas procedências, a depender do ciclo do comércio de escravos. Dessa maneira, para o século XVI, temos africanos procedentes, principalmente, da Guiné e, no século XVII, do Congo e de Angola. Quanto às suas línguas, eram, seguramente, as componentes dos grupos *banto* e *jeje-mina*, pelo fato de terem se espalhado por todo o atual estado da Bahia, ao longo dos séculos XVI e XVII (PESSOA DE CASTRO, 2001, p. 45-47).

No que concerne a [1] A matiz *tupiniquim* (ou *tupinambá*), a sua história se diferencia da história de [2] A matiz *aimoré*, de [3] A matiz *guerém* e de [4] A matiz *pocuruxém*, devido à aliança de paz entre *tupinambás* e portugueses. Dessa maneira, com a convivência pacífica estabelecida entre estes últimos, teve início a formação de uma população mameluca, falante do *tupinambá*. A utilização do idioma autóctone em um ambiente cultural de fundo híbrido (um misto de cultura *tupinambá* e portuguesa) – com muitos portugueses tornando-se bilíngues e muitos mamelucos, possivelmente, também tornando-se bilíngues, mas em *tupinambá* L1 e português L2 – induziu o *tupinambá* a um caminho de mudanças distinto do que continuou sendo utilizado pelos seus falantes que resistiram ao processo de colonização. Dessa mudança de ambiente cultural e linguístico resultou, à símile do que ocorreu em São Paulo, a formação da *língua geral*. Assim, a história de [1] A matiz *tupiniquim* (ou *tupinambá*), já no primeiro século de colonização da Capitania de Ilhéus, se encontra com a história de [5] A matiz portuguesa, não sendo possível separar as duas no momento caracterizado como *antes do cacau*.

No que concerne a [6] A matiz africana, esta possivelmente teve o seu início de desenvolvimento interrompido no sul da Bahia, devido à decadência econômica que a região começou a enfrentar, como se verá abaixo. Contudo, com a diminuição do conflito entre

portugueses e *tapuias* (até porque, muitos destes pereceram ao longo da colonização), outras lavouras de pequeno vulto experimentaram alguma prosperidade, possibilitando a compra de escravos. É o que se vê, já em 1806, em uma devassa manuscrita que encontramos no APEB. Elaborada por ordem do Ouvidor Geral da Comarca de Ilhéus, Domingos Ferreira Maciel, e tendo como escrivão João Affonso Liberato, o documento se refere a um quilombo situado no Oitizeiro – dentro dos limites da Vila da Barra do Rio de Contas, pertencente à referida Comarca –, do qual Balthazar da Rocha e seu irmão Pedro Joze (brancos e possivelmente portugueses) eram os líderes, acoitando negros fugidos diretamente de seus senhores ou já aquilombados em outros locais, mas que migraram para o *Quilombo do Oitizeiro*. A procedência dos fugitivos era variada, porém coincidindo serem todos de localidades situadas ao norte da Vila da Barra do Rio de Contas, a exemplo das Vilas de Maraú, Camamu, e Cairu.

Na Visita de número 14, constante na devassa, cujo inquirido foi Felipe Manoel de Lima – branco, casado, cinquenta anos, negociante e morador da Vila da Barra do Rio de Contas –, ao ser perguntado sobre um cativo que foi “desmascarado” trabalhando como forro na casa de Joaquim Joze Duarte, também morador da vila, disse ter conhecimento do fato, reiterando, contudo, que

(...) tão bem sabe por ver que nesta Villa andou um cabra servindo a Joaquim Joze Duarte com o titulo de forro, o qual soube-se que era captivo por que seu Senhor que era das partes do Norte o mandara prender e com effeito se prendera na caza do dito Joaquim Joze Duarte a quem servia e mais não disse (...) (Fonte: APEB – Devassa [1806] – Colonial/Provincial – Maço 572-2).

2) “A Capitania de Porto Seguro foi a parte que, na partilha do Brasil, coube a Pero de Campo Tourinho” (SANTOS, 1957, p. 42), como previu a carta de doação de 27 de maio de 1534, assinada pelo rei D. João III, concedendo-lhe essa possessão ultramarina (TAVARES, 2008, p. 92), que tinha seu limite norte com a Capitania de Ilhéus. Ao contrário de Jorge de Figueiredo Correia, Pero do Campo Tourinho veio assumir sua capitania, trazendo consigo a esposa Inês Fernandes Pinho, sua filha Leonor, seus filhos Fernão e André, e mais uma frota de 600 homens (TAVARES, 2008, p. 95).

A frota de Pero do Campo Tourinho, assim como a de Francisco

Romero, também se deparou com a presença, dentro das 60 léguas de terra que lhe foram doadas, dos índios *tupiniquins* (ou *tupinambás*) e *aimorés*. Após um início conturbado de contato com os *tupinambás*, a paz se estabeleceu entre estes, o mesmo não valendo para a relação da frota do donatário com os *aimorés*. Esse ponto fica claro, quando Milton Santos afirma que “Pero do Campo viu-se, por várias vezes, atrapalhado com os Tupiniquins, que lhe matavam muita gente, destruíam-lhe as lavouras, destroçando o trabalho de meses seguidos, até que pazes duradouras foram, com os índios, em boa hora, concertadas.” Contudo, os problemas com o gentio não foram resolvidos, como Milton Santos deixa claro logo adiante: “Valeu-lhes esta aliança, por outro lado, a inimizade dos Aimorés, com quem travariam terríveis e sangrentas lutas.” (SANTOS, 1957, p. 43). Com relação a um momento posterior à chegada de Pero do Campo Tourinho – no início do século XVII, quando a Capitania acabara de ser vendida por sua filha, Leonor, a D. João de Lencastre, primeiro Duque de Aveiro –, Frei Vicente do Salvador nos transmite uma informação importante, a ser somada à que Milton Santos nos disponibiliza nos dias atuais, atestando a presença de africanos na região, ao afirmar que D. João de Lencastre

(...) mandou logo capitão que a governasse [a Capitania de Porto Seguro] em seu nome e fizesse um engenho à sua custa e desse ordem a se fazerem outros, como se fizeram, posto que depois se foram desfazendo todos, assim por falta de bois, que não cria esta terra gado vacum, por causa de certa erva do pasto que o mata, como por os muitos assaltos do gentio aimoré, em que lhes matavam os escravos, pelo que também despovoaram muitos moradores e se passaram pera outras capitanias. (SALVADOR, 1982 [1627], p. 110).

Além disso, o rio Caravelas era abundante em *zimbo* – um búzio pequeno que tinha valor de dinheiro em Angola (cf. PEPETELA, 1999) –, com o qual os portugueses enchiam pipas e para lá levavam, no intuito de trocá-lo por escravos, com os quais lotavam os porões de seus navios no retorno à Capitania de Porto Seguro (SALVADOR, 1982 [1627], p. 110).

Apresentaram-se nos primeiros séculos de colonização desta Capitania, então, as mesmas matizes linguísticas que observamos na Capitania de Ilhéus – com exceção de [4] A matiz *pocuruxém* –, a saber: [1] A matiz *tupiniquim* (ou *tupinambá*); [2] A matiz *aimoré*; [3] A matiz *guerém*; [5] A matiz portuguesa; e [6] A matiz africana –

composta por falantes dos grupos linguísticos *banto* e *jeje-mina*.

Após a breve retrospectiva histórico-linguística do sul da Bahia, relativa à sua primeira fase, podemos tecer algumas considerações sobre o que foi dito.

No início da colonização da região, sua situação econômica não foi próspera, devido, principalmente, aos ataques dos índios *aimorés* sobre os engenhos de açúcar dos portugueses, destruindo as plantações de cana e provocando a morte de portugueses, *tupinambás* e escravos africanos. Além das consequências demográficas causadas de forma direta pelos ataques, a demografia do lugar também foi afetada de forma indireta pelos conflitos. Isto porque, tornando-se decadentes os engenhos da região e sendo cara a mão de obra africana, a aquisição de novos escravos se tornou inviável, principalmente na Capitania de Ilhéus, onde não há notícia da existência de *zimbo* para ser negociado em Angola. Esse fato conduziu os portugueses a se valerem, necessariamente, da mão de obra *tupinambá* – dos quais já eram aliados – tanto para trabalharem nas pequenas colheitas de mandioca, milho, arroz, feijão, algodão, café e da própria cana (em pequena escala) e na extração de madeiras de lei, quanto para os auxiliarem na defesa contra os ferozes *aimorés*. Uma das consequências linguísticas mais importantes dessa aproximação foi a formação da *língua geral* do sul da Bahia, fato do qual só se tem notícia em São Paulo e na Amazônia. A voz africana, como dito acima, só se tornaria audível, outra vez, posteriormente, depois de um silêncio que apenas viria a se quebrar, possivelmente, a partir do início do século XIX, que é o período no qual se insere o manuscrito sobre o *Quilombo do Oitizeiro*, na Vila da Barra do Rio de Contas.

Segundo momento: depois do cacau

1) Em 1746, é plantada a primeira muda de cacau na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, na Comarca de Ilhéus, onde hoje se encontra a cidade de Canavieiras (TAVARES, 2008, p. 365). Após 34 anos sem lograr êxito, a partir da década de 1780, a lavoura cacauera inicia o seu processo de ascensão, atraindo uma grande quantidade de imigrantes sertanejos, principalmente do atual estado de Sergipe (SANTOS, 1957, p. 45). O desfecho desse processo migratório foi a

luta sangrenta pela posse das terras do cacau – fruto cujo preço no mercado internacional subia constantemente (TAVARES, 2008, p. 365) –, provocando a morte ou expulsão dos falantes que compunham o panorama linguístico exposto na primeira fase, e ao mesmo tempo introduzindo o uso do português brasileiro em sua variedade popular (ARGOLO, 2011, p. 93-163), reestruturada em momento anterior e já difundida em outras paragens pelos africanos e afro-descendentes, durante os diversos ciclos econômicos vivenciados pelo Brasil-Colônia, de acordo com Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 91-108).

Temos, então, o início de uma nova fase da história linguística do sul da Bahia, com a introdução de uma nova matiz: [7] a matiz brasileira, composta, inicialmente, pelos sertanejos e, posteriormente, por escravos crioulos e por imigrantes de diversas regiões do Brasil, principalmente do sudeste, todos falantes de português, que se tornaria majoritário na agora região cacauzeira. Porém, não se tornou o único, pois, na esteira dos aventureiros sertanejos, vieram, também atraídos pelas notícias da boa fortuna do cacau, os imigrantes árabes, em sua maioria comerciantes e agiotas oriundos da Síria e do Líbano, no intuito de fomentarem bons negócios em meio ao dinheiro que começava a correr solto por essas bandas, e de fugirem do jugo do império Turco Otomano do norte da África⁷. Desse modo, vislumbramos outra matiz: [8] A matiz árabe.

2) Ademais, na Comarca de Porto Seguro, temos o início de um programa – comandado pela Metrópole – de imigração europeia não portuguesa – principalmente alemã e suíça – para o sul da Bahia em 1818. Porém, antes mesmo de ter início o plano de imigração, a presença de imigrantes europeus não portugueses já ocorria pontualmente, tendo, inclusive, sido obra de um suíço – chamado Frédéric Louis Warneaux – o plantio da primeira muda de cacau no sul da Bahia, que, como já foi referido, foi realizada na fazenda Cubículo em 1746, embora os demais suíços e, principalmente, alemães tenham se dedicado ao plantio do café. Quanto às lavouras cafeeiras, estas, todavia, chegaram ao seu ocaso em 1888, com o final da escravidão, sustentáculo de sua mão de obra (LUCCHESI *et al*, 2009, p. 85), e, principalmente, com a ascensão da lavoura cacauzeira, que começou a se espalhar como rastilho de pólvora no sul da Bahia.

De acordo com Georg Anton von Schäfer, em *O Brasil como*

⁷ <http://www.tendarabe.com/categoria/sociedade/imigracao>

Império independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político (2007[1824], p. 43), no ano de 1818⁸, um alemão de Frankfurt, conhecido como Sr. Freireis, fundou a colônia Leopoldina (assim denominada para homenagear a princesa de mesmo nome, esposa do futuro D. Pedro I), de duas léguas de extensão, situada na margem norte do rio Peruípe, em Vila Viçosa, na Comarca de Porto Seguro. Junto com a família do próprio Sr. Freireis, habitavam a colônia outras quatro, que passaram a se dedicar ao plantio de café.

Três anos depois, no ano de 1821, foi a vez do próprio Georg Anton von Schäfer fundar sua colônia cafeeira, em sitio de uma légua quadrada de terra que fazia limite com a colônia Leopoldina: a desconhecida colônia de *Frankental* (que significa Vale dos Francos, oriundos da Francônia, na Alemanha). Membro da guarda pessoal de D. Pedro I, Georg Anton von Schäfer saiu do Rio de Janeiro, onde já se encontrava, para, em 1821, com a recomendação do próprio soberano, tomar posse do seu pedaço de Brasil no sul da Bahia, em companhia de outros colonos, dentre eles provavelmente o suíço Johannes Martinus Flach – a quem Dante Lucchesi *et al* (2009, p. 87) se referem como integrante da colônia Leopoldina, vizinha a *Frankental* –, pois Georg Anton von Schäfer faz referência clara ao dito suíço, ao relatar, à página 37 de *O Brasil como Império independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*, um momento de bucolismo, ao ver o entardecer do alto de um morro próximo ao Porto da Estrela, no Rio de Janeiro, quando quis pernoitar no lugar, mas foi dissuadido por Flach, que o alertou do perigo representado por animais ferozes e peçonhentos: “(...) meu amigo Flach, um suíço leal que me acompanhava, desenconrajou-me do meu intento (...)” (SCHÄFER, 2007[1824], p. 37).

Escutemos a voz do próprio Georg Anton von Schäfer, ao falar sobre a sua chegada à Bahia e sobre a posse do seu novo pedaço de terra:

Batizei-o de Frankental, em homenagem àqueles colonos que, como eu, eram francônios. Nas matas próximas vivem os Patachós e os Macharis selvagens. Esgueiravam-se de dentro dos refúgios, armados de tacapes e arcos. Meus amigos foram ao seu encontro com armas de fogo. A certa distância as colocaram no chão, dando a entender, com gestos, que também eles depusessem as armas. Eles as depuseram. Os

⁸ Sobre a fundação da colônia Leopoldina, no sul da Bahia, cf. LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO (2009, P. 85) em *O Português Afro-Brasileiro*.

colonos foram ao encontro dos homens nus e houve troca de manifestações de amizade e de paz. Os índios desarmados acompanharam os colonos até as suas cabanas. Comeram o que havia disponível no momento e cada selvagem recebeu um copo de aguardente. Os selvagens ofereceram seus préstimos para o desmatamento. A oferta foi aceita com satisfação. Derrubaram um eito de mata virgem, tarefa deveras ingrata e trabalhosa. Arrancaram as raízes e limparam o chão. Sob a orientação dos meus amigos, executaram todos os preparativos para a implantação de uma lavoura de café e auxiliaram na construção de uma casa. Por todos esses trabalhos, que eles executaram com a melhor das disposições, receberam em troca apenas bagatelas como: um pedaço de fumo para mascar, facas, agulhas, pregos, tesouras, berimbaus, anzóis e pequena quantidade de aguardente. Seus filhos recebiam moedas de cobre que, perfuradas, transformavam em colares. Não passava dia em que não fornecessem deliciosos assados de porco do mato, gambás, etc. Resumindo, os selvagens mostraram-se tão prestativos que mereceram a nossa sincera gratidão. Frankental estava assim iniciado sem que uma única lágrima e uma gota sequer de suor escravo embebesse seu chão. A colônia que neste momento conta com 20 almas encontra-se sob a supervisão do meu amigo Joh. Philipp Hening, natural de Wertheim, no Meno. Vive aí em companhia da esposa nascida em Hannover. Os povoadores são homens livres e recebem por seu trabalho uma área de terra. Além dos alimentos indispensáveis, já foram plantados 16.000 cafezeiros. Vila Viçosa é a cidade mais próxima. Ao norte corre o rio Carabelas, com a foz cheia de recifes. Ao sul, na frente da desembocadura do Peruípe, ergue-se o promontório de Abrolhos e o porto Porto Alegre (SCHÄFER, 2007[1824], p. 43-44).

Do trecho citado acima – e da relação que podemos estabelecer com as informações oferecidas por Dante Lucchesi, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (2009, p. 85-95) sobre a colônia Leopoldina –, alguns questionamentos importantes são possíveis de se levantar. Se, como vimos, a região sul da Bahia era decadente economicamente – só experimentando progresso significativo com a lavoura cacaueteira – como explicar a quantidade considerável de 2.000 escravos negros na colônia Leopoldina em 1858, como podemos ler em Dante Lucchesi, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (2009, p. 87)? O primeiro ponto a esclarecer se refere a “o quê” estes autores consideram ser a colônia Leopoldina. Como vimos, na exposição do passado de Helvécia-BA, não há menção a *Frankental*, colônia também composta principalmente por alemães e contígua à Leopoldina. Desse modo, os 2.000 escravos, possivelmente, representavam a população negra das duas colônias – Leopoldina e *Frankental* –, e não apenas da colônia Leopoldina. Outro ponto importante: ao se referir à fundação de *Frankental*, Georg Anton von

Schäfer deixa clara a sua aversão à mão de obra escrava – que, nesse caso, seria a indígena, o que depõe contra a presença dessa instituição deletéria no local, seja na figura do negro, seja na figura do índio. Desse modo, utiliza-se de métodos pacíficos para estabelecer contato com os *pataxós* e *maxaris*, fato inclusive inusitado, pois a história de contato de europeus e *tapuias* no sul da Bahia é, quase sempre, de violência, sendo esta considerada um dos principais motivos da decadência econômica da região (SCHWARTZ, 1989, p. 53). Contudo, Georg Anton von Schäfer conseguiu a benevolência dos *tapuias* de Vila Viçosa, que o auxiliaram desde o início na preparação da terra para o plantio do café. A aversão do alemão ao trabalho escravo fica clara ao dizer que “Frankental estava assim iniciado sem que uma única lágrima e uma gota sequer de suor de escravo embebesse seu chão.” (SCHÄFER, 2007[1824], p. 44). Assim, com o trabalho das famílias alemãs que chegaram a *Frankental* juntamente com Georg Anton von Schäfer – auxiliados pelos *pataxós* e *maxaris* –, sua colônia começou a prosperar, a ponto de, em 1824, já possuir 16.000 pés de café. Entretanto, em 1822, às vésperas da Independência do Brasil, o fundador de *Frankental* é nomeado por D. Pedro I *Agent d’Affaires Politiques* do Império no exterior, tendo, por esse motivo, de voltar para a Europa em agosto de 1822, deixando em *Frankental* Joh. Philipp Hening como supervisor do assentamento. Trabalhando na Europa no recrutamento de colonos alemães para o processo de imigração que viria a acontecer no sul do país entre 1824 e 1825, Georg Anton von Schäfer continuou com suas atribuições no velho continente até 1828, quando a imigração de alemães para o Brasil entra em processo de desaquecimento. Não sendo mais útil à Sua Majestade, volta desempregado para o Brasil em 02 de julho de 1828. As últimas notícias confirmadas sobre ele são de 12 de novembro de 1829, registradas em uma carta que escreveu a D. Pedro I, pedindo um emprego diplomático na Alemanha, no que não foi atendido. As informações sobre sua morte são obscuras, sabendo-se que faleceu em 1836, porém em lugar incerto, sendo *Frankental* uma das possibilidades do local de sua morte⁹.

Desse modo, com Georg Anton von Schäfer morto (que, além de ser contra a escravidão e à violência nos métodos de trabalho, era provavelmente a pessoa de maior influência entre os colonos alemães do sul da Bahia) e, paralelamente, com a prosperidade que *Frankental* e

⁹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Anton_von_Sch%C3%A4ffer

Leopoldina começavam a experimentar (pois Georg Anton von Schäfer, como se pode ler à página 43 de *O Brasil como império independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político*, afirma que, ao fundar seu assentamento, encontrou Leopoldina já “em franco progresso”), estavam criadas as condições para o início da utilização da mão de obra escrava – representada por negros africanos e crioulos – nas duas colônias. Essa inferência condiz, inclusive, com os dados demográficos que Dante Lucchesi, Alan Baxter & Ilza Ribeiro (2009, p. 88) apresentam sobre a chegada de escravos à colônia Leopoldina, cujo início se dá apenas a partir 1840. Constatamos, então, de acordo com o que vimos até agora, a presença de três outros matizes: [9] A matiz *pataxó*; [10] A matiz *maxari*; e [11] A matiz alemã. Outrossim, na introdução ao livro de Georg Anton von Schäfer, escrita por seu tradutor, Arthur Blásio Rambo, este nos fornece ainda a informação de uma terceira colônia alemã no sul da Bahia: a colônia de São Jorge dos Ilhéus, homônima à vila portuguesa que se formou na mesma capitania em 1534. Apesar de não oferecer mais informações a respeito desta terceira colônia, encontramos alguns documentos no APEB, que podem ser úteis no sentido de nos deixar a par de sua localização espacial e temporal, além de dados sobre seus colonos.

Fazemos referência, primeiramente, à *Breve descrição dos terrenos do sul da Província mais apropriados à colonização*, no qual são levantados argumentos a favor da continuação da imigração alemã para a povoação do Una – situada entre a Vila de São Jorge de Ilhéus (e aqui nos referimos à vila portuguesa fundada em 1534) e a Vila de Canavieiras –, como a fertilidade do seu solo, seu bom clima e suas florestas ricas em caça, cortadas por rios piscosos. Dessa maneira, as margens do rio Una constituíam-se no local ideal para a manutenção de colônias estrangeiras na Capitania de Ilhéus, tendo como centro econômico, porém, a Vila de Canavieiras, pois lá estavam os portos que davam acesso aos rios Pardo e Jequitinhonha, de maior porte. Apesar de, no documento, não haver a informação explícita de que a colônia de alemães do Una era a mesma colônia de São Jorge dos Ilhéus à qual Arthur Blásio Rambo se refere na introdução ao livro de Georg Anton von Schäfer, podemos fazer tal inferência, pois, das três colônias alemãs que existiram no sul da Bahia, duas se formaram na Capitania de Porto Seguro (as colônias alemãs de Leopoldina e *Frankental*) e apenas uma

se formou na Capitania de Ilhéus (a colônia alemã de São Jorge dos Ilhéus), havendo, portanto, a grande probabilidade de o documento encontrado por nós – que trata justamente de uma colônia alemã na Capitania de Ilhéus – se referir à mesma citada por Arthur Blásio Rambo. Outro fato importante que o documento traz à tona – agora, porém, explicitamente – é o de que a colonização por alemães na Capitania de Ilhéus não é algo iniciado no momento em que o documento foi escrito (“tem por isso, sido preferida por alemães” [APEB – Terras [1889] – Colonial/Provincial – Maço 4845]), cuja data estimada é de 1889, pois, apesar de não estar datado, se encontra catalogado no mesmo maço em que estão também catalogados outros documentos do referido ano. Vejamos alguns trechos da *Breve descrição dos terrenos do sul da Província mais apropriados à colonização*:

Una é uma das localidades das mais importantes para a colonização estrangeira, pois, não [ten]do terrenos alagadiços nem sendo cercada de pântanos como Canavieiras e muitas outras localidades do sul, tem por isso, sido preferida por alemães que tem buscado estabelecer-se no sul da província. Seo bom clima, a uberdade de seos terrenos, a riqueza de suas florestas, a grande quantidade de caça e peixes, a importancia de [seus] rios e riachos, tudo enfim, concorre para que – Una – seja escolhida (...) A Villa de Canavieiras será o centro, e assim deve ser, pois, é d’ahi que devem partir os vapores que tem de navegar os dois grandes rios – Pardo e Jequitinhonha – e mais tarde talvez o Patipe, Comandatuba e Poxim que precisão de melhoramentos. (Fonte: APEB – Terras [1889] – Colonial/Provincial – Maço 4845).

Em outro documento, assinado por Georg A. Stolze, provável colono de São Jorge dos Ilhéus, natural de Hannover, Alemanha – cujo nome escreve no corpo do documento de forma aportuguesada, embora mantenha a forma original na assinatura –, e dirigido ao Governo da Província, temos a confirmação de que a colonização alemã nos arredores do Una já vinha ocorrendo há algumas décadas, pois, comparando-o com o documento exposto acima – escrito provavelmente em 1889 –, o documento escrito por Georg A. Stolze é datado de vinte e cinco anos antes (1864), o que aponta para a possibilidade de a colônia alemã de São Jorge dos Ilhéus ter sido fundada ainda no início do século XIX, juntamente com Leopoldina e *Frankental*, na esteira das primeiras imigrações alemãs para o sul da Bahia. O texto se refere ao registro de terras às margens do rio Pardo, na Vila de Canavieiras, em nome de Georg A. Stolze, nas quais o alemão já havia feito plantações, pastos,

uma estrada e uma casa de morada:

Jorge Adolfo Stolze, natural de Leis Reino de Hannover, confederação Alemanha, morador no Rio Pardo desta Freg^a de S. Boa Ventura do Puxim de Canavieiras, vem registrar a sua posse de terras, situada nos dous coregos da [sic] com rumo de Leste a Oeste sendo E. limites os coregos das Panellas das Pedras, com plantações, pastos, estradas e caza de morada. Canavieiras 9 - de junho 1864.

Georg A. Stolze
(Fonte: APEB - Terras [1864] - Colonial/Provincial - Maço 4845).

Desse modo, percebemos que, além de reforçarem a presença de [11] A matiz alemã no sul da Bahia, os dados expostos comprovam a existência de outras duas colônias alemãs além de Leopoldina (ou seja, *Frankental* e a colônia do Una, na Capitania de Ilhéus [faltando apenas confirmar se esta última se trata da mesma colônia alemã de São Jorge dos Ilhéus à qual Arthur Blásio Rambo se referiu]), o que também indica a presença de outras situações de contato linguístico nas quais podem ter-se criado as condições propícias à formação de *pidgins* do português, devido à probabilidade da utilização de mão de obra escrava nessas colônias (como se vê no exemplo comprovado de Leopoldina), cujo acesso dos escravos às estruturas da língua-alvo foi possivelmente restrito, principalmente se considerarmos que essa língua-alvo (o português) era a L2 dos colonos alemães em questão.

Logo abaixo, elaboramos um quadro sinóptico, no qual constam as onze matizes linguísticas constatadas até agora e os possíveis perfis de falantes dentro do contexto multilíngue do sul da Bahia, nos dois momentos observados em sua história linguística: **antes** e **depois** do surgimento da lavoura cacaeira.

SUL DA BAHIA (Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro)	
PRIMEIRA FASE: ANTES DO CACAU	[1] A matiz <i>tupiniquim</i> (ou <i>tupinambá</i>): temos índios <i>tupinambás</i> monolíngues, falantes de <i>tupinambá</i> L1 ou bilíngues, falantes de <i>tupinambá</i> L1 e português L2; mamelucos monolíngues, falantes de <i>tupinambá</i> L1 e bilíngues, falantes de <i>tupinambá</i> L1 e português L2 ou <i>língua geral</i> L1 e português L2.
	[2] A matiz <i>aimoré</i> : temos, devido ao longo período de contato, mesmo antes da chegada dos portugueses, entre <i>aimorés</i> e <i>tupinambás</i> , a possível existência de falantes de <i>aimoré</i> L1 e <i>tupinambá</i> L2 e, posteriormente, de <i>aimoré</i> L1 e <i>língua geral</i> L2. <i>Aimorés</i> falantes de português L2 eram improváveis, mesmo no tempo dos jesuítas, pois os portugueses, no contato com o gentio, utilizavam a <i>língua geral</i> , não o português.
	[3] A matiz <i>guerém</i> : temos, devido ao longo período de contato, mesmo antes da chegada dos portugueses, entre <i>gueréns</i> e <i>tupinambás</i> , a possível existência de falantes de <i>guerém</i> L1 e <i>tupinambá</i> L2 e, posteriormente, de <i>guerém</i> L1 e <i>língua geral</i> L2. <i>Gueréns</i> falantes de português L2 eram improváveis, mesmo no tempo dos jesuítas, pois os portugueses, no contato com o gentio, utilizavam a <i>língua geral</i> , não o português.
	[4] A matiz <i>pocuruxém</i> : temos, devido ao longo período de contato, mesmo antes da chegada dos portugueses, entre <i>pocuruxéns</i> e <i>tupinambás</i> , a possível existência de falantes de <i>pocuruxém</i> L1 e <i>tupinambá</i> L2 e, posteriormente, de <i>pocuruxém</i> L1 e <i>língua geral</i> L2. <i>Pocuruxéns</i> falantes de português L2 eram improváveis, mesmo no tempo dos jesuítas, pois os portugueses, no contato com o gentio, utilizavam a <i>língua geral</i> , não o português.
	[5] A matiz portuguesa: temos lusitanos bilíngues, falantes de português L1 e <i>tupinambá</i> L2 e, depois da formação da <i>língua geral</i> , falantes de português L1 e <i>língua geral</i> L2.
	[6] A matiz africana: temos falantes de línguas africanas L1 e, provavelmente, de um português <i>pidginizado</i> L2. É possível que tenha sido essa a situação dos africanos aquilombados no Oitizeiro – já no século XIX –, que, como foi visto, estavam em contato com brancos.
SEGUNDA FASE: DEPOIS DO CACAU	[7] A matiz brasileira: temos falantes monolíngues em português brasileiro L1, na sua variedade popular.
	[8] A matiz árabe: temos sírios e libaneses bilíngues, falantes de árabe L1 e de português brasileiro L2, na sua variedade popular. O nível de competência na L2 era provavelmente alto, devido ao grande acesso às estruturas da língua-alvo, pois os sírios e libaneses se encontravam em um ambiente onde predominava o uso do português brasileiro L1, na sua variedade popular.
	[9] A matiz <i>pataxó</i> : temos, inicialmente, falantes bilíngues em <i>pataxó</i> L1 e português L2, na sua variedade popular. Com a prosperidade da economia cacauífera, cujas relações se davam em português, os índios <i>pataxós</i> mais novos, paulatinamente, começaram a adquirir o português brasileiro, na sua variedade popular, como L1, simultaneamente abandonando o <i>pataxó</i> e tornando-se monolíngues.
	[10] A matiz <i>maxari</i> : temos, inicialmente, falantes bilíngues em <i>maxari</i> L1 e português L2, na sua variedade popular. Com a prosperidade da economia cacauífera, cujas relações se davam em português, os índios <i>maxaris</i> mais novos, paulatinamente, começaram a adquirir o português brasileiro, na sua variedade popular, como L1, simultaneamente abandonando o <i>maxari</i> e tornando-se monolíngues.
	[11] A matiz alemã: temos falantes bilíngues em alemão L1 e português brasileiro L2, na sua variedade popular, com diversos níveis de competência.

Quadro 1: Matizes linguísticas e possíveis perfis de falantes do sul da Bahia na primeira e segunda fases de sua história linguística.

Conclusão

Como se pôde observar, o nosso *modus operandi* consiste na pesquisa e interpretação, em termos linguístico-históricos, das peculiaridades de formação social do sul da Bahia, enfatizando aspectos como as etnias, as línguas, a economia e a demografia da região entre 1750 e 1870, o que, sem dúvida, nos encaminha

para a necessidade do investimento em uma perspectiva metodológica de investigação que, ao menos na atual fase de retomada dos estudos sobre a história linguística do Brasil, privilegie a exploração das realidades regionais e dos micro-

contextos (LOBO, MACHADO FILHO & MATTOS E SILVA, 2006, p. 612).

Por fim, como fontes para tal reconstrução, estamos explorando duas vertentes complementares: (i) **Os cronistas coloniais**, a saber: Hans Staden, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador, Spix & Martius, Aires de Casal e Maximiliano e (ii) **Os arquivos históricos**, a saber: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cujos documentos, no caso deste último, estão todos digitalizados e disponíveis nas Universidades Federais e Estaduais brasileiras.

Referências

AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Martins Fontes, 1963.

_____. **Terras do sem fim**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

_____. **Gabriela, cravo e canela**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1989.

ARGOLO, Wagner. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Devassa [1806] – Colonial/Provincial – Maço 572-2; Terras [1864] – Colonial/Provincial – Maço 4845; Terras [1889] – Colonial/Provincial – Maço 4845.

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. Processos de crioulização na história sociolingüística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

_____. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-124.

DIRECTORIO, QUE SE DEVE OBSERVAR NAS POVOAÇÕES DOS ÍNDIOS DO PARÁ, E MARANHÃO EM QUANTO SUA Magestade NÃO MANDAR O CONTRÁRIO. In: ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: UNB, 1997. Anexo.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

IICT – Arquivo Histórico Ultramarino – 2002. Disponível em: <<http://www.iict.pt/ahu/Home-5.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2009.

LOBO, Tânia. (Org.). **Cartas baianas setecentistas**. São Paulo: Humanitas, 2001.

LOBO, Tânia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO *et alii* (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 609-630.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 43-108.

_____. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 195-293.

PEPETELA. **A gloriosa família: o tempo dos flamengos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 25-47.

RIBEIRO, Ilza. Aquisição e mudança linguística: a proposta de Lightfoot. **Revista Internacional da Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 11, p. 124-136, 1994.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. As línguas gerais sul-americanas. **Laboratório de línguas indígenas**, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 143-161.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 77-114.

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau**. São Paulo: Brasiliana, 1957. p. 39-48.

SCHÄFER, Georg Anton von. **O Brasil como um Império Independente: analisado sob o aspecto histórico, mercantilístico e político**. Trad.: Arthur Blásio Rambo. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. p. 13-55.

SCHWARTZ, Stuart B. **Sugar plantations in the formation of brazilian society (Bahia, 1550-1835)**. Cambridge: Cambridge University Press,

1989. p. 51-72.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2008. p. 91-102; 364-366.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969. p. 437- 514.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

Recebido em 14 de novembro de 2011.

Aceito em 05 de abril de 2012.